

ESTUDO DE CASO - A CIDADE DE JUIZ DE FORA MG - SUA CENTRALIDADE E PROBLEMAS SÓCIO-ECONÔMICOS¹

CHAVES, Souza Telma²

RESUMO: A dinâmica e centralidades de cidades médias têm uma ênfase progressiva nos debates contemporâneos, com destaque nas políticas públicas, incluindo as de planejamento urbano. O processo desordenado de urbanização a que temos vivenciado nas cidades do Brasil, atinge cada vez mais as cidades médias. A cidade de Juiz de Fora não foge a este processo de crescimento urbano. Cidade de “porte médio” vive nas últimas décadas um processo intenso de reorganização espacial, provocado pela mudança no uso e ocupação do solo urbano. O objetivo deste trabalho é fazer uma análise do processo de crescimento urbano, um estudo sistemático e diagnóstico das condições de infra-estrutura de serviços essenciais dentro do espaço urbano de Juiz de Fora. Pretendemos traçar um retrato abrangente da realidade da cidade de Juiz de Fora, caracterizando suas problemáticas e apontando o papel do planejamento urbano, demonstrando e explicando o processo de crescimento, sua dinâmica e centralidade, suas características, apontando os agentes que interferem nesse processo. O conhecimento das técnicas de produção, transformação e a organização do espaço geográfico nos permitirão uma leitura das centralizações, das instabilidades, dos problemas sócio-econômicos urbanos, desarticulações, desvalorização e revalorização do território. Além disso, destacar o papel do planejamento urbano na elaboração de ações que contribuam para minimizar problemas sócio-econômico-urbano. Também demonstrar como a produção do espaço segrega pessoas e o próprio espaço. O estudo nos deixa que em qualquer município que recebe um fluxo intenso e inesperado de pessoas não está preparado e não consegue absorver de forma adequada com prestação de serviços e urbanismo. Assim agravam-se os problemas sócio-econômico decorridos da falta da infra-estrutura urbana básica; a saturação dos atendimentos de saúde e educacional, além do aumento do déficit habitacional, como observado Juiz de Fora.

Palavras-chave: população; submoradias, centralidade, políticas públicas.

ESTUDIO DE CASO - LA CIUDAD DE JUIZ DE FORA MG - SU CENTRALIDAD Y SUS PROBLEMAS SOCIO-ECONÓMICO

RESUMEN: El impulso y la centralidad de la ciudad media, un énfasis progresivo en los debates contemporâneos, especialmente en las políticas públicas, incluida la planificación urbana. El proceso desordenado de urbanización que han experimentado en las ciudades de Brasil, llegando a más y más ciudades de tamaño medio. La ciudad de Juiz de Fora no es una excepción a

¹EIXO TEMÁTICO: Cidades Médias: dinâmica e centralidade

² Mestranda, Programa de Pós-graduação em Geografia (UERJ) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, telmaschaves@bol.com.br.

este proceso de crecimiento urbano. Ciudad de "medio" vive en las últimas décadas un intenso proceso de reorganización espacial, provocado por el cambio en el uso y ocupación del suelo urbano. El objetivo de este trabajo y para analizar el proceso de crecimiento urbano, un estudio sistemático y diagnóstico de las condiciones de la infraestructura, los servicios esenciales en el área urbana de Juiz de Fora. Tenemos la intención de dibujar un retrato global de la realidad de la ciudad de Juiz de Fora, que caracterizan a sus inquietudes y señalar el papel de la planificación urbana, lo que demuestra y explica el proceso de crecimiento, su dinámica y la centralidad, sus características, señalando a los agentes que interfieren con este proceso. El conocimiento de técnicas de producción, transformación y organización del espacio geográfico que nos permitirá una lectura de centrar, de inestabilidad, socio-económica de los problemas urbanos, luxaciones, la devaluación y revalorización del territorio. Por otra parte, destacar el papel de la planificación urbana en el desarrollo de actividades que contribuyan a minimizar el socio-económico y urbano. También muestran cómo la producción del espacio y el espacio mismo segrega personas. El estudio nos deja en cualquier municipio que recibe un gran flujo de personas e inesperado no está preparado y no pueden absorber correctamente con la prestación de servicios y planificación. Así empeorar los problemas socio-económicos después de la falta de infraestructura básica urbana, la saturación de la atención de la salud y la educación, y también aumentó el déficit de vivienda, como se observa Juiz de Fora.

Palabras clave: población; centralidad problemática, las políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O município de Juiz de Fora vem se destacando como o principal pólo receptor de investimentos, o que atrai um maior contingente populacional, oriundo da Zona da Mata e proximidades.

O setor de prestação de serviços representa 63% do PIB da microrregião e tem uma atividade de comércio, impulsionada pela venda de produtos de malha, bastante relevante, além de expressiva rede de serviços localizada no município de Juiz de Fora. Deve-se mencionar também o pólo educacional que Juiz de Fora oferece na esfera superior e médio do ensino, sendo bem atrativo aos outros municípios da microrregião.

A contribuição do setor industrial é da ordem de 34% do PIB da microrregião, advém de seu diversificado parque produtivo caracterizado pelos ramos: automotivo, têxtil e vestuário, metalúrgico, químico e alimentar (laticínio). Entre as empresas mais representativas estão: Mercedes Benz, Belgo Mineira, White Martins, Quiral Química do Brasil, Paraibuna de Metais, Laticínios Candido Tostes entre outros, sendo todas estas empresas situadas no município de Juiz de Fora, além destacar setor da construção civil que tem grande importância na cidade.

Juiz de Fora é vista como única forma de garantir fonte de renda e acesso a

serviços muitas vezes básicos, como saúde e educação. Onde várias famílias migram dos municípios circunvizinhos e centenas de pessoas fazem de seus municípios cidades-dormitório, nas quais trabalham em Juiz de Fora e residem em outras cidades fronteiriças constituindo a migração pendular.

Cidade de “porte médio” vive nas últimas décadas um processo intenso de reorganização espacial, provocado pela mudança nos modelos de uso e ocupação do solo urbano em algumas de suas regiões. Nesse processo, surgem locais que se destacam pelo crescimento demográfico e alguns deles pelas aglomerações de população de baixa renda. O que vem contribuir para um aumento significativo da população de baixa renda, conseqüentemente elevando a desigualdade social na cidade, que com toda essa problemática, ainda se destaca na qualidade de serviços, saúde e educação.

Como pólo regional, Juiz de Fora exerce uma influência marcante sobre sua circunvizinhança. Isso pode ser visualizado na importância que o saldo migratório tem no crescimento demográfico da cidade, já historicamente registrado, particularmente debitado à atratividade que esta cidade exerce na região, uma vez que, entre os imigrantes, de acordo com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF), cerca de 88% são provenientes do sudeste mineiro e de áreas fluminenses próximas à divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, fortemente polarizada pela cidade. Este contingente populacional busca em Juiz de Fora uma solução para melhoria de qualidade vida, principalmente após a “retomada” do crescimento industrial, como explicitamos linhas acima de maneira geral. Conseqüentemente, boa parte destes imigrantes não conseguem se estabelecer financeiramente, constituindo uma das causas principais para o aumento do número de submoradias em Juiz de Fora.

Os assentamentos de submoradias são característicos das zonas periféricas metropolitanas no Brasil, mas o crescimento destes segmentos de moradias precárias já começa a afligir as cidades médias. São estas que na atualidade do crescimento demográfico urbano brasileiro vêm apresentando destaque, principalmente ligado ao acréscimo migratório, devido aos investimentos do capital globalizado, sobretudo nas que se constituem pólos regionais. Contudo, este crescimento segue o padrão de desigualdade na distribuição da riqueza e nas oportunidades de estudo, trabalho e moradia da sociedade brasileira, assim como no restante da América Latina. Isto se reflete negativamente, por sua vez, sobre as condições das populações menos favorecidas no espaço urbano, principalmente relacionado à moradia, comprometendo, conseqüentemente, a organização interna da cidade. Ou seja, o surgimento dos assentamentos de submoradias nas cidades médias se possibilita pela atenuação, trazida

pelo processo de globalização, de várias condicionantes econômicas, demográficas, sociais e culturais e pelo fenômeno de desmetropolização da urbanização brasileira. E as cidades médias vêm crescendo sem qualquer preocupação com sua organização interna e com aqueles que são excluídos pela globalização.

Sendo assim, dentro do âmbito da Ciência Geográfica, e de outras disciplinas relevantes ao tema, pretendemos traçar um retrato abrangente da realidade da cidade de Juiz de Fora, caracterizando suas problemáticas e apontando o papel do planejamento urbano.

O conhecimento das técnicas de produção, transformação e a organização do espaço geográfico nos permitirão uma leitura das centralizações, das instabilidades, dos problemas sócio-econômicos urbanos, desarticulações, desvalorização e revalorização do território.

Temos o objetivo de compreender o processo de crescimento urbano e suas problemáticas e fazer um estudo sistemático e um diagnóstico das condições de infraestrutura de serviços essenciais dentro do espaço urbano de Juiz de Fora e de como tudo isto afeta a população local.

Além disso, destacar o papel do planejamento urbano na elaboração de ações que contribuam para minimizar problemas sócio-econômico-urbano. Também demonstrar como a produção do espaço segrega pessoas e o próprio espaço.

Esse trabalho foi importante para demonstrar e explicar o processo de crescimento, sua dinâmica e centralidade, suas características, apontando os agentes que interferem nesse processo, bem como destacar como o planejamento urbano pode interferir positivamente na elaboração de ações que proporcionem uma adequada política no contexto urbano da cidade.

DESENVOLVIMENTO

Reflexões Históricas de Juiz de Fora

Juiz de Fora, que tem sua origem ligada ao “Caminho Novo” e depois com a estrada União Indústria e com a implantação da ferrovia que era uma extensão da Estrada de Ferro D. Pedro, tornou-se o mais importante centro econômico, político, cultural e social da Província e um dos mais prestigiados do Império e da República.

Segundo Bastos (1987, p.9/10)

Então, no início do século XVIII, foram se formando, ao longo do Caminho Novo dos Campos Gerais, fazendas mistas, com florescentes roças e grandes criações de gado, conforme registros históricos e impressões de viagem nos roteiros de cientistas que por ele passara.

Com o decorrer do tempo, formaram-se povoados, dentre os quais se destinaram a rápido crescimento, dando origem, séculos depois, a vilas, municípios e cidades, como por exemplo, as vilas de Simão Pereira de Sá, de Matias Barbosa, de Santo Antônio do Paraibuna, de Chapéus D'Uvas, etc., que posteriormente viriam a ser partes constituintes do extenso e histórico Município de Paraibuna, cujo topônimo foi alterado mais tarde para Juiz de Fora, com a vila da sede transformada em cidade.

Do início do século XVIII aos meados do século XIX grandes empreendimentos tornaram-se base para o desenvolvimento da região. Com sua importância econômica, o café se tornou fundamento da infra-estrutura da economia do município, até que o mesmo ganha configuração de centro industrial de primeira grandeza para a época.

Como descrito, a cidade tornou-se um centro industrial e com a introdução da energia elétrica possibilitou o desenvolvimento do capitalismo local, ensejando a indústria de mão-de-obra padronizada e produção em série. De acordo com Oliveira et al, in Bastos (1987, p. 86):

Em 1886, Juiz de Fora pôde realizar sua primeira Exposição Industrial, com onze secções, compreendendo, além dos produtos agrícolas, como o café e os cereais, o açúcar, a farinha, a manteiga, os queijos, os doces, tecidos, bordados, confecções, flores artificiais, calçados, móveis, selas e arreios, vinhos, cervejas e outras bebidas, produtos químicos e farmacêuticos, cerâmicas, imagens, tabacaria, artefatos de ferro e aço, couros e madeiras, belas-artes (plantas de edificações, mapas e jornais), máquinas, carros troles e carroças.

A cidade crescia a todo vapor, sua população ganhara outra fisionomia e segundo Oliveira et al, in Bastos (1987, p. 86):

Aquela *urbs* de gente rural assumia o aspecto de um burgo comercial e industrial. Construía-se edifícios público, melhoravam de aspecto as construções particulares, veio o telefone, vieram os bondes puxados a burros, multiplicaram-se as escolas secundárias e chegaram as superiores, fazia-se saneamento.

A cidade de Juiz de Fora, ainda segundo Howyan (1983, p.31)

“... sem sombra de dúvida, é a cidade do Estado de Minas Gerais onde o comércio é mais ativo e que, por conseguinte, é susceptível de um grande e rápido desenvolvimento, Juiz de Fora que já possuiu grandes fábricas e numerosas indústrias.”

O centro urbano de Juiz de Fora se desenvolveu ao longo do curso do Rio Paraibuna, inicialmente à margem direita, depois se expandiu pela margem esquerda, e de acordo com a geomorfologia, a área central é hoje a mais compacta, mas a porção leste recebe uma grande parte da população, mas já em outras regiões é bem esparsa como nas regiões Norte e Sudoeste.

Também devemos destacar a construção da Estrada União Indústria que teve grande importância para o desenvolvimento de Juiz de Fora, pois, foi para a época uma das primeiras, ou a primeira, estrada brasileira construída com características modernas, e de acordo com Castro et al, in Bastos (1987, p. 63), a estrada União Indústria:

“Significou para Juiz de Fora o início de uma nova etapa de seu desenvolvimento. De pequeno povoado, Juiz de Fora torna-se-á a cidade mais importante da Província. Trouxe também modificações importantes na própria mentalidade da época, com seu dinamismo e sentido de modernidade.”

Juiz de Fora se localiza na porção sudeste do Estado de Minas Gerais, na tradicionalmente conhecida região da Zona da Mata mineira, uma das mesorregiões geográficas que compõem o Estado de Minas, cidade que tem um destaque na Microrregião - Juiz de Fora (065), atualmente composta por 33 municípios. Contando uma área de 1.429, 8 Km², o que corresponde a cerca de 15,8% da área total da microrregião, o município de Juiz de Fora limita-se com os municípios de Lima Duarte, Pedro Teixeira, Santos Dumont, Ewbanck da Câmara, Bias Fortes, Piau, Coronel Pacheco, Chácara, Bicas, Pequeri, Santana do Deserto, Matias Barbosa, Belmiro Braga e Santa Bárbara do Monte Verde.

Cidade de evidência na Zona da Mata Mineira Juiz de Fora possui 513.348 habitantes residentes (IBGE, 2007). O município se localiza estrategicamente entre as três principais metrópoles nacionais – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – tendo fácil acesso por rodovias e ferrovias – por este último ao Rio de Janeiro e a Belo Horizonte.

De fácil acesso, mas de considerável distância, o que fez com que a polarização exercida pela cidade acabasse por ganhar um espaço de abrangência considerável, tornando-a pólo para inúmeras cidades menores localizadas em meio a esse “triângulo”, extrapolando sua área de influência para além das divisas estaduais, atingindo especial e diretamente, diversas cidades do Estado do Rio de Janeiro (MACHADO, 1997).

Inserido no complexo serrano da Zona da Mata mineira, encravado nos contrafortes da Mantiqueira Setentrional, o município de Juiz de Fora, apresenta um relevo fortemente dissecado que varia de ondulado a montanhoso, geralmente

mostrando elevações com topos arredondados, vertentes convexas e côncavo-convexas, terminando em vales planos de larguras variadas.

De acordo com o plano diretor:

O perímetro urbano pode ser enquadrado em dois grandes domínios geológicos: ao norte, os terrenos ocupados pelo Gnaisse Piedade e ao sul, pelas rochas antigas do Complexo Juiz de Fora”. Esses compartimentos geológicos referem-se a “unidades de grande extensão, formadas por uma variedade de rochas metamórficas, coerentes, duras e resistentes; destacam-se ainda por serem muito antigas e por terem sido submetidas a intensos dobramentos, falhamentos e fraturamentos”. Condicionado dessa forma, pelos agentes morfogênicos predominantes na região”

A ocupação do espaço urbano de Juiz de Fora, desenvolveu-se inicialmente nas várzeas do rio Paraibuna e, na medida de seu adensamento, foi ocupando os vales secundários formados pelos afluentes desse rio. Hoje, já os tendo ocupado em quase sua totalidade cresce em suas vertentes, em muitas vezes de forma desordenada, acarretando profundas alterações no espaço urbano.

A metodologia empregada no trabalho foi de estudos bibliográficos e pesquisas a sítios de interesse na rede internacional de computadores. Com o conteúdo levantado, partimos para a segunda etapa do trabalho onde foram realizadas pesquisas de campo, coletas de informações e documentações fotográficas.

Uma análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e do Plano Estratégico (2004) (segmento da sociedade juizforana organizada, procurando colocar Juiz de Fora em intercâmbio direto com o mundo, seja no campo das modernas descobertas científicas ou naquele da reconversão tecnológica dos sistemas produtivos), existentes nos órgãos responsáveis do município; pesquisas nos arquivos históricos da cidade e também visitas aos órgãos públicos responsáveis – municipal (SAU, FUNALFA, SARH/DAAP, Biblioteca Municipal) – federal (IBGE), para coletar dados e informações que confirmam a veracidade das informações obtidas.

Como descrito anteriormente este é um trabalho que pretende trazer maiores informações e um estudo mais profundo sobre a problemática de Juiz de Fora e através da literatura de Manuel Castells, Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, David Harvey, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação B. Sposito, Florestan Fernandes, Ana Fani Alessandri Carlos, entre outros, autores que trabalham efetivamente a sociedade como um todo e que contemplam análises sócio-político-cultural das grandes e médias cidades, ou seja, tivemos um apoio teórico-metodológico e fizemos junção dessas leituras com a nossa pesquisa.

Este estudo sobre a cidade de Juiz de Fora poderá expressar de forma eficaz o processo de sua espacialização territorial, dinâmica e centralidade, entender o modo como se cria e recria, o uso de certos territórios dentro de sua área urbana.

Problemas sócios econômicos da cidade de Juiz de Fora

Como relatado anteriormente, Juiz de Fora se destaca em diversos setores e desfruta de um bom crescimento econômico, mas o intenso movimento migratório aliado a falta de planejamento urbano-sócio-ambiental está levando Juiz de Fora a obter problemas sócio-econômico urbanos e ter uma população altamente segregada. Existem no momento centenas de cidades médias crescendo em todo o Brasil, que podem estar repetindo os mesmos erros cometidos pelas grandes metrópoles no passado e estes erros podem ser intransponíveis, a critério de meio-ambiente urbano; segregação sócio-espacial e criminalidade urbana.

Sendo Juiz de Fora, um município posicionado estrategicamente entre as grandes metrópoles nacionais (RJ, SP e BH), tem sido foco de atração de indústrias; de instituições de ensino superior; de eventos culturais e artísticos; de investimentos em geral, ocasionando um crescimento econômico em diversos setores, principalmente de serviços e o imobiliário. Esta “evolução” econômica em diversos setores de atividades em Juiz de Fora reflete e influencia significativamente o comportamento e a dinâmica demográfica da cidade.

Este contingente populacional busca em Juiz de Fora uma solução para melhoria de qualidade vida e como forma garantida e ilusória de obtenção de renda, conseqüentemente uma boa parte destes migrantes não conseguem se estabelecer financeiramente, constituindo uma das causas principais para o aumento do número de aglomerações subnormais.

Entre outras causas principais para a formação de aglomerações subnormais, podemos citar os índices relativamente baixos de renda dos chefes de família; o elevado custo de vida em relação a crescente desvalorização da moeda nacional; a valorização de espaços urbanos centrais e suburbanos contribuindo para o aumento da tarifa de aluguel, etc. Estes fatores estão sendo essenciais para exacerbação da carência da população, constituindo um déficit habitacional elevado na cidade. Em Juiz de fora está sendo comum o processo de deslocamento de famílias, que tinham como locais de moradia bairros urbanizados, para locais de ocupação em áreas em desuso, particulares e públicas, formando as aglomerações. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

classifica como agrupamentos ou aglomerados subnormais, habitações precárias, que ocupem terreno alheio em desuso (público ou particular) em geral de forma desordenada e carente da maioria de serviços públicos básicos de infra-estrutura.

Para compreender problemas de infra-estrutura urbana e conseqüentes problemas de acesso as certas moradias, primeiramente é preciso analisar as desigualdades consideráveis na distribuição da riqueza e das oportunidades de estudo e trabalho na sociedade brasileira.

Estudos divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (1999) “constatam que o extremo grau de desigualdade distributiva é o principal determinante da pobreza brasileira. O fenômeno da concentração de renda no Brasil mostra uma incrível e perversa estabilidade”. Ao longo do tempo, mesmo quando nossa economia cresce, a distribuição de renda se vê num abismo cada vez maior.

De acordo com os dados divulgados pelo IPEA (1999):

Há pelo menos duas décadas a distribuição de renda permanece inalterada no país, ou seja, os 10% mais ricos da população concentram em suas mãos 50% da riqueza do país. Enquanto os 50% mais pobres ficam com apenas 14%, aproximadamente o que ganha, sozinho, 1% dos mais ricos do país.

Esta desigualdade social se reflete na ocupação ilegal do espaço urbano tendo também como causa o modelo urbanístico voltado à economia de mercado e a modernização.

O processo de ocupação e de consolidação de loteamentos populares em Juiz de Fora se caracteriza, ainda, por certa lentidão. Áreas já transformadas, pelos seus moradores, muitas drasticamente, e ocupadas convivem com terrenos vagos e desprotegidos.

Percebemos ainda que às deficiências de circulação, crescentes à medida que os loteamentos populares vão se adensando, agregam-se ainda dificuldades também crescentes de transportar-se o lixo doméstico para pontos de deposição adequados. Este passa a ser simplesmente lançado nas vertentes, ao invés de destinado a caçambas, geralmente presentes em “bocas” de morros. Lixo acumulado em encostas, além de atrair ratos e insetos e de produzir mau cheiro é, um material capaz de deflagrar escorregamentos, envolvendo os próprios detritos e solos.

“O espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a complexa estrutura social em classes” (CORRÊA, 1989, p.08). Além das divisões em áreas pelo espaço, não podemos nos esquecer das fragmentações que existem, sendo que consideramos fragmentação como espaço constituído por

diferentes usos da terra. De acordo com Corrêa (1989, p.11).

“O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço”.

Dentro da perspectiva de empobrecimento da população e do direito à moradia que a população tem, ocorre uma intensa ocupação desordenada e segregada do espaço urbano nas cidades brasileiras. A questão de acesso à moradia digna, hoje, é um dos maiores problemas enfrentados pelas esferas de governo no Brasil.

No contexto brasileiro, enquanto em 1991 havia a demanda por 5 374 380 novas moradias, em 2000 esse número sobe para 6 539 528 unidades habitacionais representando acréscimo de 21,7% no decurso de quase uma década, a uma taxa de crescimento de 2,2% ao ano. A elevação do grau de urbanização brasileiro fez com que o déficit habitacional urbano ajustado crescesse consideravelmente, em 1,5 milhão de moradias [...]. Relativamente, no entanto, há ligeira queda do déficit, de 15,4% do estoque de domicílios permanentes em 1991, para 14,6% em 2000 [...]. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002, p. 08).

Com relação às políticas públicas direcionadas para a parcela da população que vive nessas áreas, vale destacar que a ação pública nas submoradias, nas últimas décadas, se caracterizou não só pela insuficiência de investimentos em serviços de infra-estrutura urbana, como também por limitações legais, restringindo a atuação governamental. Muitas vezes, essas limitações legais geraram controvérsias sobre a provisão de serviços e infra-estrutura a essas áreas e sobre a possibilidade de garantir posse ou propriedade de áreas invadidas e ocupadas por submoradias.

No caso da política urbana, isso implica avaliar a gestão e o planejamento urbano nos seus aspectos institucionais, financeiros, legais e político-administrativos, especialmente quanto ao uso do solo, à habitação, à infra-estrutura e aos serviços públicos com vistas à contenção da deterioração social e física do meio urbano.

A amenização dos problemas urbanos brasileiros passa pelo reconhecimento de que a política urbana deve ser vista numa perspectiva intersetorial, com inserção no contexto macroeconômico e social, tendo em vista melhor aplicação dos investimentos urbanos, a ampliação da equidade social, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. (MOTTA, MUELLER & TORRES, 1997, p.40).

A falta de políticas públicas eficientes de habitação e inclusão social cria um ciclo vicioso: populações à margem da sociedade e sem orientação técnica não conseguem se

estabelecer em áreas adequadas, ocupam áreas de risco, sendo vitimadas e aumentando o custo social de transferências, alugueis, assistencialismo paliativo e indenizações, quando legalizadas.

Uma das características mais marcantes do recente processo de urbanização brasileiro é a mudança das tradicionais tendências de concentração - tanto da população quanto dos agentes econômicos - nas, igualmente tradicionais, metrópoles do país.

E “o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente.” (CORREA, 1999, p. 08).

O que se tem observado e que foi mais uma vez ratificado pelos dados do Censo Populacional do IBGE/1996, é que as grandes capitais do país crescem hoje num ritmo muito mais lento, em todos os casos apresentando taxas anuais de crescimento demográfico muito abaixo do que historicamente vinha sendo observado. De outro lado, principalmente, mas não unicamente, no Sul e Sudeste do Brasil, são as cidades “médias”, pólos regionais, quem vêm apresentando os maiores índices de crescimento e conseqüentemente, maior concentração econômica e demográfica. No suprimento dessa situação de crescimento das “cidades-pólo” regionais, encontram-se, invariavelmente, as pequenas cidades de sua própria microrregião, área de influência mais direta e imediata. (MACHADO, 1997).

Dessa forma, crescem menos as metrópoles, crescem muito mais rápido as cidades de “porte médio” e definham as pequenas cidades. Esse conjunto de situações mostra, dentre várias características, que o processo de urbanização brasileiro, a concentração dos processos econômicos produtivos e o movimento migratório interno, ganharam novos contornos e nova expressão territorial, e que vão demandar soluções igualmente novas e diferenciadas.

Nesse aspecto, um estudo de caso, específico em análise e em dados quantitativos, mas ilustrativo para o processo de urbanização do país como um todo, parece ser bastante oportuno. O exemplo de Juiz de Fora e sua microrregião é um retrato bastante fiel da nova realidade do processo de urbanização por que passa o país, da nova realidade que envolve a concentração econômica e demográfica, de uma nova modalidade urbano-industrial e de uma nova expressão do processo migratório (MACHADO, 1997).

Hoje a distribuição espacial das cidades configura uma rede heterogênea que apresenta grandes desafios à gestão urbana. Considerando-se que a maioria da população brasileira reside em zonas urbanas.

De acordo com MOTTA, MUELLER e TORRES (1997):

No contexto intra-urbano, embora existam problemas de extrema relevância relacionados ao financiamento do desenvolvimento urbano, há uma outra ordem de problemas, geralmente associados à falta ou à inadequação de políticas e instrumentos, que permitam melhor orientação do desenvolvimento urbano.

Uma das principais características da dinâmica do crescimento intra-urbano no Brasil foi a distribuição espacial da população pobre. Houve uma significativa periferação dessa população em cidades de grande e de médio porte, devido, entre outros fatores, às dificuldades das famílias de baixa renda em ter acesso à terra urbana.

Resultou em acentuada proliferação de assentamentos humanos informais (favelas, mocambos, alagados e loteamentos clandestinos). Nas áreas periféricas das regiões metropolitanas, os problemas estão freqüentemente associados ao uso do solo e à pobreza, e geralmente são agravados pelo aumento da favelização e pelo ímpeto da incorporação de novas áreas parceladas clandestinamente. Em sua maioria, situados em zonas restritivas à ocupação e construção, esses loteamentos tornaram-se uma alternativa de habitação para a população mais pobre.

Isso nos revela que abordagens de planejamento urbano, desvinculadas de marco socioeconômico e demasiadamente estáticas e restritivas para acompanhar a dinâmica urbana, são inadequadas para atender às necessidades urbanas essenciais; e que a maior parte do crescimento das grandes aglomerações urbanas está fora das estruturas urbanas.

O fenômeno da favelização é um processo nitidamente urbano e que se faz sentir de forma mais expressiva nas regiões metropolitanas, e mais recentemente nas cidades médias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos como principais desafios a serem enfrentados na formulação das políticas urbanas a ampliação da oferta de habitação, a melhoria e provisão da infraestrutura, bem como o aumento do nível de investimentos mediante o aumento da capacidade institucional de prestação e manutenção dos serviços urbanos.

A gestão urbana pode ser aprimorada mediante atuação e aplicação de instrumentos adequados do setor público, bem como pelo envolvimento de diferentes atores — tanto formais quanto informais — no processo do desenvolvimento urbano.

A falta de métodos de análise apropriados para o conhecimento da cidade, da prática do planejamento urbano e da formulação, de dimensionamento e aplicação dos

seus principais instrumentos, é apontada também como impedimento a uma gestão urbana satisfatória.

Faz-se necessário a modificação do papel do poder público, de provedor direto de serviços e infra-estrutura urbana, para regulador, facilitador e orientador do processo de desenvolvimento urbano, com vistas ao estabelecimento de um ambiente financeiro e normativo propício, para que o setor privado e a comunidade cumpram um papel cada vez mais importante no atendimento de suas próprias necessidades.

É de fundamental importância encontrar novas formas e fontes de financiamento dos investimentos, baseadas na ampliação da cooperação entre o setor público e o privado. As áreas informais são um elemento-chave no desenvolvimento econômico e social da cidade.

Em Juiz de Fora consideramos que o planejamento urbano para as áreas carentes em infraestrutura é quase inexistente, ou seja, só se fazem pequenas obras em épocas propícias aos governantes. E para as áreas da classe média-alta e alta ela se torna mais presente com todo o aparato técnico. Isso a nosso ver constitui medidas mitigadoras, no caso de área de população de baixa renda, que não levam ao fim do problema, e sim o transportam para o futuro. Já, no caso da população de classe média-alta e alta, resolvem-se as solicitações quanto aos equipamentos urbanos necessários.

No caso da política urbana, isso implica avaliar a gestão e o planejamento urbano nos seus aspectos institucionais, financeiros, legais e político-administrativos, especialmente quanto ao uso do solo, à habitação, à infra-estrutura e aos serviços públicos, com vistas à contenção da deterioração social e física do meio urbano.

Qualquer município que recebe um fluxo intenso e inesperado de pessoas não está preparado e não consegue absorver de forma adequada com prestação de serviços e urbanismo. Assim agravam-se os problemas sócio-econômico decorridos da falta da infra-estrutura urbana básica; a saturação dos atendimentos de saúde e educacional, além do aumento do déficit habitacional, como observado Juiz de Fora.

A maioria das cidades brasileiras continua a crescer sem nenhuma preocupação quanto ao planejamento urbano e social. Consideramos que a problemática urbana brasileira aponta para um futuro formado pelo conjunto de possibilidades e vontades do capital. No plano social depende de nós mesmos.

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também do modelo espacial. (SANTOS, 2005, p.10).

No caso da política urbana, isso implica avaliar a gestão e o planejamento urbano nos seus aspectos institucionais, financeiros, legais e político-administrativos, especialmente quanto ao uso do solo, à habitação, à infra-estrutura e aos serviços públicos, com vistas à contenção da deterioração social e física do meio urbano.

Do ponto de vista social consideramos que Juiz de Fora é mais uma cidade inserida no processo do sistema capitalista mundial, e que suas problemáticas sociais estão cada vez maiores, como pode ser visto pelo contingente populacional que ocupa os vários assentamentos subnormais.

Apesar dos programas implantados em Juiz de Fora, não conseguimos atender toda a população carente, que ao longo dos anos cresceu demasiadamente. Precisamos definir uma política social que iniba a exclusão social. Sabemos que isso é difícil, pois a pobreza e sua erradicação estão longe de admitir soluções simples e receitas miraculosas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C.de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento** – Uma Introdução à Economia Regional. São Paulo, Atlas, 1987.

ANDRADE, T. & SERRA, R. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Textos para discussão do IPEA. N. 554, 1998.

ALMEIDA, R.de. Planejamento Urbano em Juiz de Fora: Reflexões Históricas. **Anais do I Colóquio do Lahes**, UFJF, Juiz de Fora, 2005.

BASTOS, W.de Lima, FILHO, J.T.de A, CASTRO, N.B.de, CID, W. e OLIVEIRA, A.de. **História Econômica de Juiz de Fora**. Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, 1987.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, L. F. S de. **Microrregião Geográfica de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 2002.

CHAVES, T. S. **Exclusão Social – Uma análise dos assentamentos subnormais em Juiz de Fora - MG**. 2006. 104 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) Curso de Geografia – ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

CHAVES, T. S. **Expansão Urbana e Degradação de Encostas em Juiz de Fora- MG:**

Um Estudo de Caso do Alto Três Moinhos e do Morro do Imperador. 2010. 85 p. Trabalho de Conclusão Curso Especialização em Análise Ambiental – Faculdade de Engenharia – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 4.ed. São Paulo: Ática, 1999.

HOWYAN, G. **Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora:** águas e esgotos; retificação de rios, drenagem / G.Howyan; tradução de Walquiria Corrêa de Araújo C.Valle, Juiz de Fora. FUNALFA, 2004.158 p.

IBGE. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro. 2000.

IPPLAN/JF. Instituto de Pesquisa e Planejamento – Prefeitura de Juiz de Fora. **Legislação Urbana Básica.** Juiz de Fora, 1987.

MACHADO, P. J. de O. Juiz de Fora: polarização e movimentos migratórios. **Revista Geosul.** Florianópolis: UFSC, Nº 23, v. 12, p. 121-137, jan/jun, 1997.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Texto para discussão do IPEA. N. 329, 1994.

MOTTA, D. M.; MUELLER, C. C.; TORRES, M. O. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro.** Texto para discussão do IPEA. N. 530, 1997.

OLIVEIRA, N. B. & CHAVES, T. S. Assentamentos de submoradias, segregação sócio-espacial e condições sócio-ambientais em Juiz de Fora, Minas Gerais – estudo de caso no Alto Santo Antônio. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos.** Goiânia: AGB/UFG/UCG, v. 1, 2004.

OLIVEIRA, N. B., CHAVES, T. S. e SIMONCINI, J. V. B. Globalização, neoliberalismo e impactos sobre a América Latina – consequências sobre o espaço urbano na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. **Anais do VI Encuentro Humboldt.** Villa Carlos Paz, Argentina: Centro de Estudios Von Humboldt, v. 1, p. 1-15, 2004.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA . **Plano Diretor de desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, PJF, 1999.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Juiz de Fora. Diagnóstico.** Vol, II. Juiz de Fora, 1999.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Plano Diretor de Desenvolvimento de Juiz de Fora** - Diagnóstico. Juiz de Fora, 2004.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. 11 ed. São Paulo: Record, 2004.

_____. **Urbanização Brasileira**. 5a ed. São Paulo: Edusp, 2005.

SOUZA, M. L. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1996.

SPOSITO, M.E.B. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2000.

VASCONCELOS, J. R. et CÂNDIDO, J. O. **O problema habitacional no Brasil: déficit, financiamento e perspectivas**. Texto para discussão do IPEA N. 410, 1999.